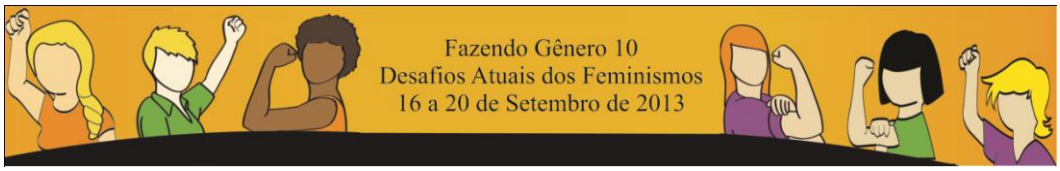


DESCOLONIZANDO O FEMINISMO: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO

Mariana Edi Rocha Gonçalves de Oliveira[1]
Larisse de Oliveira Rodrigues[2]

Resumo: O feminismo como movimento fundou-se nas lutas pelos direitos civis, políticos e sociais das mulheres, questionando sua situação de subordinação e a violência patriarcal. Foi necessário consolidar uma identidade em torno da categoria mulher, visando situá-la na condição de sujeito de direitos. As primeiras ondas do feminismo tiveram um papel central na conquista de direitos básicos às mulheres e, com a abertura que o movimento construiu na sociedade, outras questões foram ganhando força. As análises das feministas negras e lésbicas dos anos 80 questionando o fato do feminismo, até então, haver ignorado as questões referentes à classe, raça e sexualidade, levaram o movimento a rever suas bases teóricas. O feminismo da diferença trouxe o primeiro embate acerca do sujeito ao mostrar que a categoria mulher não é homogênea. O segundo embate veio nos anos 90 com a questão trans e, recentemente, com os estudos sobre masculinidades, que complexificaram a análise de como o patriarcado atinge os indivíduos de forma diferenciada. O capitalismo-imperialista consolida formas particulares de reprodução do patriarcado nos países periféricos, colocando à América Latina o desafio da construção teórico-política de um feminismo descolonizado que comporte a diversidade de nossxs sujeitxs e táticas.
Palavras-chave: Patriarcado. Feminismos. América Latina.

Introdução

Caso fosse possível hierarquizar os desafios que estão colocados para o feminismo na atualidade e organizá-los em uma lista, avançar na análise do patriarcado e de seus principais dispositivos seria hoje, sem dúvida, o primeiro ponto. Pois, sem avançar na análise, os desafios permanecem os mesmos e o patriarcado naturaliza-se como um sistema a-histórico.

Neste artigo, optamos por trabalhar com a categoria patriarcado, tão cara aos movimentos feministas e que vem sendo constantemente deixada de lado, sendo suplantada pelas análises das "relações sociais de gênero". Optamos pela categoria patriarcado porque a mesma traz a dimensão da opressão e expressa a forma hierarquizada como estão consolidadas as relações de gênero na nossa sociedade.

O patriarcado como um sistema histórico de dominação

[1] Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
[2] Estudante de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Entende-se por patriarcado um sistema histórico de dominação do masculino sobre o feminino, cujas relações de exploração e opressão se materializam no cotidiano da vida em sociedade e permeiam, em alguma medida, todos os indivíduos e todas as instituições sociais.

O patriarcado tem como uma de suas bases estruturantes[3] a divisão binária do gênero, que determina dois modelos possíveis de corpo e comportamento esperados dos indivíduos: o modelo do homem e o modelo da mulher. Tais modelos exigem uma coerência constante do sexo, determinado socialmente ao nascer, com o gênero, determinado socialmente nas relações cotidianas que o indivíduo estabelece com o seu corpo, com os demais indivíduos e com a sociedade.

Na divisão binária da ordem patriarcal do gênero[4] se fundamenta a heteronormatividade, ou seja, a imposição da heterossexualidade como norma. Neste sentido, a heteronormatividade está condicionada à construção histórica do ser homem e do ser mulher. Ou seja, ela como norma não é estática, imutável ao longo da história. Ao contrário, ela se modifica na medida em que se modificam os modelos ideais de masculinidade e de feminilidade.

A obrigatoriedade do casamento, por exemplo, será necessária enquanto permanecer no imaginário social o ideal de mulher voltado para as tarefas de reprodução social, ou seja, voltada para os cuidados com a casa e a família. Casamento, heteronormatividade e família estão intimamente relacionados. O casamento, como uma das imposições heteronormativas, responde a um modelo de relação homem-mulher, assim como a um modelo ideal de família. Não à toa, os debates acerca do casamento igualitário caminham lado a lado ao questionamento do modelo ideal de família e dos papeis sociais atribuídos a homens e mulheres na sociedade, dentre os quais a heterossexualidade é o principal alvo.

Para Preciado,

> A (hetero) sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reescrever ou se reinstituir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente concebidos como naturais (PRECIADO, 2011, p. 18) [5].

A heteronormatividade estabelece um modelo ideal de casal (leia-se casamento): heterossexual, monogâmico, cujo sexo tenha a reprodução como objetivo principal, consolidando, assim, o tripé característico da típica família patriarcal burguesa: pai-mãe-filhos. Porém, como toda norma, a heteronormatividade se expressa de diferentes maneiras, de acordo com a realidade

[3] Não haveria fundamento na divisão binária do gênero não fosse a divisão sexual do trabalho que, junto com a primeira, determinam os lugares a serem ocupados por homens e mulheres na sociedade patriarcal.
[4] A categoria Ordem patriarcal do gênero foi emprestada do trabalho de H Saffioti intitulado Gênero, Patriarcado e Violência (2004).
[5] Tradução livre de trecho extraído da versão em espanhol do livro *Manifiesto Contrasexual*.

material dxs sujeitxs. Ela se adapta e atinge a todas as relações, inclusive as relações homoafetivas, que podem tanto questionar a opressão patriarcal e seus modelos hierarquizados de masculino e feminino como podem reproduzi-los.

Para Engels (2011), a instituição do casamento [heterossexual] com base na monogamia, indispensável à consolidação da família nuclear burguesa, trouxe duas consequências imediatas: o heterismo e o adultério feminino.

O heterismo, ou seja, a compulsão dos homens por sexo que justifica as relações extraconjugais, seria o grande responsável pela manutenção da prostituição como uma esfera importante da reprodução desse modelo de família e de sociedade, ambos baseados na propriedade privada, do corpo das mulheres e da terra/meios de produção, em paralelo.

O adultério feminino, ao contrário do heterismo, foi amplamente combatido ao longo da história, afinal, a monogamia tinha como única finalidade garantir que as propriedades do patriarca fossem herdadas por seus filhos legítimos (de preferência, homens) e, para isso, a mulher deveria ser obrigatoriamente monogâmica, já o homem, não necessariamente.

Sendo assim, a instituição do casamento (monogâmico) e, com ele, da família (mononuclear burguesa) seriam os grandes responsáveis pela divisão das mulheres em dois únicos modelos possíveis, aparentemente opostos mas essencialmente complementares: o da santa (a que "serve para casar") e o da puta (a que "não serve para casar"). Voltando novamente a Engels, a puta (cortesã) seria uma espécie de trabalhadora assalariada, que alugaria seu corpo em troca de seu sustento, e a santa seria uma espécie de serva, que venderia seu corpo para sempre a seu único proprietário, o marido, que seria o responsável por garantir seu sustento a partir de então.

Dentro da ordem patriarcal do gênero, que estabelece a dupla moral fundamentada na dicotomia puta- santa, estão colocadas duas possibilidades para o exercício da sexualidade humana: o casamento e a prostituição. Ambas, intimamente relacionadas, como bem desenvolve Engels. Em ambas, o modelo de sexualidade é o heterossexual, fundado na monogamia, aonde a mulher ocupa um espaço de subordinação, característico das relações de gênero consolidadas pela ordem patriarcal.

Rompendo com o modelo patriarcal de sexualidade, estão os modelos dissidentes, ou seja, aqueles que põem em questionamento a dupla moral e os fundamentos da ordem patriarcal do gênero. Para chegarmos a esses modelos, torna-se necessário compreender os processos de luta que fundamentaram a crítica ao patriarcado e suas bases históricas de sustentação.

O feminismo como expressão política da luta das mulheres

O feminismo como expressão política da luta antipatriarcal tem sua origem na Europa do século XVIII com o processo da revolução francesa, e foi, desde o seu início, exclusivamente protagonizado pelas mulheres (GURGEL, 2009). Ao longo do século XX, esta luta foi se fortalecendo e, através do estabelecimento de diferentes formas de diálogo com a sociedade e da consolidação teórica de suas bases de análise, o feminismo foi ganhando força social, alcançando inúmeras conquistas e ampliando-se organizativa e politicamente.

O feminismo como movimento construiu-se historicamente nas lutas pelos direitos civis, políticos e sociais das mulheres, questionando sua subordinação e a violência consolidada historicamente pelo patriarcado. Nesse sentido, foi necessário para esse movimento, ainda novo, consolidar/construir uma identidade em torno da categoria mulher, visando situá-la na condição de sujeito político de direitos.

Dentro dos contextos sócio-políticos das chamadas primeira e segunda ondas do feminismo, é importante ressaltar o papel que ambas tiveram na conquista de direitos básicos às mulheres, porém, com o avanço nas conquistas e a abertura que o movimento possibilitou, outras questões vão ganhando força no cenário social, problematizando e levando o movimento a rever suas análises e bases teóricas.

Esse primeiro momento do feminismo trouxe inúmeras conquistas para as mulheres (direito ao voto, divórcio, trabalho, saúde), mas trouxe também, em paralelo, o questionamento da categoria mulher enquanto sujeito político homogêneo.

Torna-se pertinente aprofundar se esse questionamento tivesse sido possível sem antes termos passado por esse processo de lutas e conquistas entorno da categoria mulher. Fato é que, com as conquistas básicas "asseguradas", as pautas foram se diversificando e o sujeito universal do movimento feminista começa a ser questionado em sua pretensão totalizadora.

As análises oriundas principalmente das feministas negras e das feministas lésbicas na década de 80 questionam o fato do feminismo, até então, haver ignorado (ou simplesmente não haver dado importância) às questões referentes à classe, raça e sexualidade. Com as contribuições das críticas dos feminismos negro e lésbico, surge o termo "feminismo da diferença", em oposição ao feminismo, até então, formulado por mulheres brancas, heterossexuais, europeias ou norteamericanas. Ao apontar para o movimento pautas que não tinham centralidade, o feminismo da diferença traz/visibiliza novos sujeitos no campo do feminismo, o que leva, posteriormente, à

necessidade de uma ruptura com setores do próprio feminismo para a construção e avanço nessas pautas específicas.

Para Haraway, "as mulheres brancas, incluindo-se aí as feministas socialistas, descobriram, isto é, foram forçadas, aos trancos e barrancos, a notar a não inocência da categoria "mulher"." (Haraway, 1994, p. 253).

O feminismo da diferença trouxe o primeiro embate acerca do sujeito do movimento, complexificando e colocando em questão elementos centrais que dividiam (no sentido de diferenciar) as mulheres enquanto categoria, chegando a afirmar, inclusive, que "não há absolutamente nada a respeito do ser "mulher" que aglutine naturalmente todas as mulheres" (Haraway, 1994, p. 250).

O segundo embate com relação à temática do sujeito e, consequentemente, às táticas de luta do movimento, veio na atualidade: na década de 90, com as questões trazidas pelas feministas trans, amadurecidas nas elaborações do "transfeminismo"; e no período mais recente, com o avanço nos estudos sobre as masculinidades, protagonizado principalmente pelos homens gueis, complexificando as análises sobre o patriarcado, analisando como o mesmo atinge a homens e mulheres de forma diferenciada e aprofundando na categoria homem, até então pouco debatida pelo feminismo.

O espaço de poder ocupado pelas mulheres brancas heterossexuais começa a ser problematizado na medida em que outras determinações que extrapolam as do gênero se somam à análise feminista, dentre as quais destacamos as determinações de classe, raça e sexualidade. Na medida em que se questiona o espaço ocupado pelas mulheres brancas heterossexuais, até então universalizadas como o sujeito do feminismo, se questiona também a forma como a teoria feminista dos países centrais (Europa e EUA) chega aos países periféricos, determinando a forma como os movimentos destes países construirão suas análises e suas lutas.

Os desafios para a construção do feminismo latino-americano

O capitalismo-imperialista consolida formas particulares de reprodução do patriarcado nos países periféricos, colocando à América Latina o desafio da construção teórico-política de um feminismo que dê conta dessas particularidades.

Estas formas de consolidação do patriarcado se apresentam nas diversas esferas: institucional, ideológica e cultural. Na formação sócio-histórica dos países da América Latina temos

o patriarcado como uma das bases de sustentação do desenvolvimento capitalista, aonde vão se consolidar formas particulares de opressão e exploração.

O capitalismo e o patriarcado, a partir da formação e particularidade histórica constroem novos elementos de dominação, se reestruturam para se perpetuar enquanto sistemas. A forma como as relações capitalistas-patriarcais se apresentam podem se modificar. Entretanto, mesmo se reestruturando, o patriarcado sempre se fundamenta em relações de gênero desiguais.

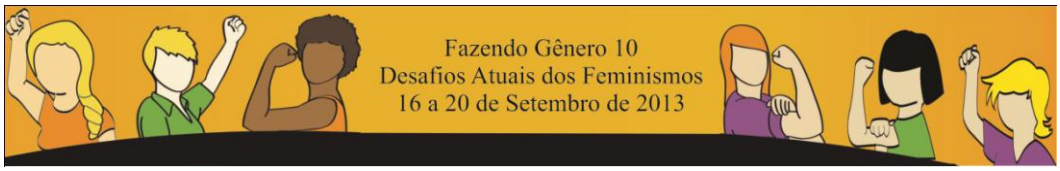
As bases que sustentam o patriarcado na América Latina tem particularidades que envolvem o papel do Estado (e sua relação com as religiões de matriz judaico-cristã) e da formação das classes sociais (não temos como pensar na formação das classes na América Latina com os modelos europeus). Tais elementos são fundamentais para pensar a formação sócio-histórica e as formas que se estruturam e manifestam o patriarcado. A partir disso, para a consolidação desse capitalismo-patriarcal temos o nó entre raça, classe, gênero e sexualidade que traz características bastante particulares para a análise e para as estratégias políticas das feministas latino-americanas.

O feminismo latino-americano pode construir outra relação com os feminismos norte-americanos e europeus - que tiveram um papel fundamental para o feminismo na América Latina–, mas existe a possibilidade de construção dessa relação numa perspectiva teórico-política descolonizada.

> A pretensão colonizadora não apenas provém das faces do poder patriarcal, mas também de um feminismo ilustrado, branco, heterossexual, institucional e estatal que, tornando invisíveis suas marcas de raça, classe e sexualidade (dentre outras) estabeleceram suas experiências particulares como medida universal, escondendo, e assim reproduzindo, sua posição de hegemonia em relação às mulheres subalternas/ subalternizadas (FABBRI, 2011, p. 71).

A realidade dos povos latino-americanos e a forma que o patriarcado se consolida historicamente é o que vai determinar como o feminismo descolonizado se constrói política e teoricamente.

No contexto latino-americano de consolidação do patriarcado e suas diversas relações assimétricas de poder, uma diversidade de sujeitos está colocada em posição subalterna. Neste sentido, o feminismo latino-americano acaba por ser, também, um sujeito político de luta contra as desigualdades sociais – nos diversos espaços da vida –, na perspectiva de ruptura com todas as formas de relações de poder capitalistas, racistas e patriarcais que se estabeleceram na América Latina. Está colocado para o feminismo latino-americano o desafio de rever suas velhas bases teóricas e políticas e construir as suas próprias formas de luta, comportando a diversidade de sujeitos que estão inseridos em processos de luta antipatriarcal.



Referências

ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FABBRI, Luciano. Um olhar feminista sobre x sujeitx da transformação social em Nuestra América. Lutas Sociais, São Paulo, n.27, p.172-185, 2o sem. 2011.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade, V.1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classes: a auto-organização das mulheres pela história. In: CONSULTA POPULAR. Caderno de debates: consulta popular e feminismo. Brasil, 2009.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 243-288.

PRECIADO, Beatriz. Manifiesto Contrasexual. Barcelona: Anagrama, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

Decolonizing the feminism: challenges for the construction of Latin American feminism

Abstract: The feminism as a social movement was founded in the fight for civil, political and social rights for women, questioning their situation of subordination and the patriarchal violence. It was necessary to consolidate an identity around woman as a category, in order to situate it as a rightful subject. The 1th waves of feminism had central role in the conquest of women basic rights and, with the opening it achieved in the society, other issues began to gain strenght. The feminist studies developed by black and lesbian women in the 80's began to question the fact that feminism, until then, had ignored the issues of class, race and sexuality, which made the movement review its theorical bases. The feminism of difference brought the 1st shock on the subject, by showing that the category of woman wasn't homogeneous. The 2nd shock came in the 90's with the trans issue and, recently, with the studies about masculinities, that have been complexifying the analisys about how the patriarchy affects individuals differently. The capitalism-imperialism consolidates particular ways of reproducing the patriarchy in the periphery, putting to Latin America the challenge of developing a political-theorical construction of a decolonized feminism including the diversity of our subjects and tactics.
Keywords: Patriarchy. Feminisms. Latin America.